

Apellido y Nombre del/los autor/es: Carla Sant'Anna de Araujo

DNI: 49.462.765-7

e-mail/ teléfono del/los autor/es: santanna.araujo@gmail.com / 0xx33 9150-1261

Institución de procedencia: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, graduanda em Serviço Social.

Eje temático: 7. Conflictos, reconocimiento y ampliación de derechos en democracia

Palabras claves (5): Juventude; políticas sociais; direitos sociais; mundialização; luta.

Título de la ponencia: A deficiência das políticas sociais brasileiras voltadas para a juventude e a luta por direitos como alternativa

Resumen:

O presente texto propõe uma reflexão acerca do déficit nas políticas sociais brasileiras, em especial as políticas sociais voltadas para a juventude. E como a juventude brasileira tem encontrado na luta por direitos sociais a alternativa para a realidade desigual em que vivem.

Esta reflexão analisa como se dá a política social atualmente, em tempos de mundialização financeira. Concordando com lamamoto, que em tempos de mundialização do capital há uma aparente regressão dos direitos sociais e também das políticas públicas, pois, o Estado está sob hegemonia de uma classe.

É só no ano de 2004 que surge no Brasil a Secretaria Nacional da Juventude, que tem como objetivos “formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude” (<http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria/view>).

No contexto apresentado a juventude enfrenta dificuldades em acessar essas políticas públicas. Pois, há uma questão estrutural: a oferta dessas políticas públicas é reduzida perante o número de jovens que demanda das mesmas.

É, então, no contexto de mundialização do capital, com redução dos direitos sociais que parte dessa juventude, privada dia a dia de seus direitos, encontra na luta a alternativa para uma vida menos desigual. Essa parcela da juventude toma consciência de seus direitos e entende que na sociedade em que vivemos apenas a luta pode mudar a vida.

**A deficiência das políticas sociais brasileiras voltadas para a juventude e a
luta por direitos como alternativa**

Carla Sant'Anna de Araujo

Introdução

“Quando se confundem cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Até mesmo a política passa a ser em função do consumo. Essa segunda natureza vai tomar lugar sempre maior em cada indivíduo, o lugar do cidadão vai ficando menor, e até mesmo a vontade de se tornar cidadão por inteiro se reduz”

(SANTOS, Milton)

Este artigo pretende refletir, a partir de pesquisas bibliográficas, sobre o déficit existente no âmbito das políticas públicas brasileiras voltadas para a juventude. A deficiência nas políticas públicas brasileiras é visível, no entanto, é necessária uma análise mais profunda sobre os motivos dessas visíveis deficiências.

Para entender como se dão as políticas públicas no Brasil é necessário entender o modelo de Seguridade Social, para isso, partimos de Boschetti, no que é sua análise sobre o modelo de Seguridade Social brasileiro.

Para ser possível essa análise mais aprofundada acerca de tal deficiência, é necessário analisar o modelo das políticas públicas existente no Brasil atualmente. Pretendendo analisar, com base em Lamamoto, como a mundialização do capital interfere no modelo das políticas públicas. Para, a partir daí, podermos compreender a situação das políticas públicas voltada para a juventude.

Partindo da análise do fato de que a Secretaria Nacional da Juventude surge somente no ano de 2004, e que esta Secretaria gera o será o germen para criação do Estatuto da Juventude, no ano de 2010; o artigo pretende, também, analisar em linhas gerais quais as mudanças que geraram os visíveis avanços nesses nove anos.

Partindo do conceito de luta de classes, em Marx, entendemos que os direitos sociais que são assegurados aos brasileiros atualmente e que são frutos da

Constituição Brasileira de 1988 não nos foram dados em nenhum momento da história brasileira, mas, foram conquistados pela luta da classe trabalhadora. Compreender esse traço histórico é entender que a análise acerca das políticas públicas voltadas para a juventude deve estar ligada a análise da luta da juventude por direitos. Com isso, o presente artigo delinea algumas características da juventude brasileira que encontra na luta por direitos sua alternativa de vida.

1. Políticas públicas no Brasil e mundialização do capital

É a partir da constituição de 1988 que há a universalização dos direitos sociais no Brasil, a partir da constituição se inaugura um novo sistema de proteção social pautado na concepção de Seguridade Social. Historicamente, para Boschetti, o acesso a Seguridade Social está vinculado ao acesso ao trabalho. A constituição restringe a previdência apenas aos trabalhadores contribuintes, universaliza a saúde (no que culmina no SUS) e limita a assistência social a uma parte dos que realmente necessitam.

O modelo de Seguridade que vigora no Brasil (modelo este que irá configurar as políticas públicas), fica entre seguro e assistência. E dada a grande desigualdade social existente no país (características de países de capitalismo periférico e dependente), e ao grande nível de pobreza, deixa várias pessoas sem acesso a seus direitos.

É a crise que ocorre nos anos de 1990 que ocorre uma onda neoliberal. Foi essa onda, então, que determina o desenvolvimento de uma política econômica nacional que será voltada mais para o econômico que para o social. No marco dessa crise o Estado não assume seus compromissos redistributivos e os direitos conquistados com a constituição de 1988 sofrem um ajuste fiscal.

É necessário entender o porquê ocorre esse ajuste fiscal nos direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Para isso, utilizamos Yamamoto no que é sua análise da mundialização do capital.

Iamamoto analisa que no marco da mundialização financeira ocorre uma visível redução dos direitos sociais, isso se dá por conta das características de tal mundialização.

Por conta de uma longa crise o capitalismo internacionaliza a produção e os mercados e isso faz com que se aprofunde o desenvolvimento desigual. É sob a hegemonia do capital que rendo juros que ocorre o auge da fetichização das relações sociais, mas, ao mesmo tempo ocorrem grandes lutas da classe trabalhadora.

Sob a hegemonia do capital, o Estado, trabalha para garantir os maiores lucros possíveis às grandes empresas capitalistas. Para isso ajustes fiscais são necessários, esses ajustes levam a cortes no âmbito da assistência social.

No que se refere às políticas públicas a mundialização do capital tem diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão dos direitos do trabalho. Isso gera grandes deficiências no que se refere ao acesso às políticas públicas, pois com a redução uma maior parte da população fica privada de tal direito.

Essa é uma época, segundo Iamamoto que “descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias”, sendo assim, a luta por cidadania só pode ser vista em tempos de mundialização do capital como uma luta contra o capitalismo.

1.1 Políticas públicas para juventude

Como já mencionado, vivemos em um modelo de Seguro Social, que flutua entre seguro e assistência. Sendo assim, para falar sobre o acesso da juventude a política social no Brasil é necessário entender a condição da juventude brasileira.

Sendo a juventude a parcela da população com maior nível de desemprego no Brasil e vivendo um modelo que flutua entre seguro e assistência, as políticas públicas encontram aí um desafio: dar respostas a toda essa juventude excluída do mercado de trabalho, e, portanto, da lógica dos seguros.

O desemprego é intrínseco aos países capitalistas periféricos. Por isso, o pleno emprego em tais países dificilmente será alcançado, para não dizer que é impossível. Dificilmente os países de capitalismo periférico viverão um modelo de Bem-Estar Social, com pleno emprego, com a maioria da população tendo direito ao seguro. Um sistema onde toda a juventude tenha realmente seus direitos assegurados só será possível com a superação do modo de produção em que vivemos.

Ainda que poucas, as iniciativas do governo existem, e estão vinculadas em grande parte com a qualificação da “mão de obra jovem”. Sempre a partir da necessidade do mercado. As iniciativas do Estado, no que se refere a juventude, estão sempre vinculadas em qualificar a mão de obra para o mercado, mas, essas iniciativas estão longe de ter possibilidade de resolver a raiz do problema. Pois, a raiz do problema é que o desemprego é funcional ao sistema capitalista.

As políticas públicas para a juventude têm dificuldades no que se refere ao acesso (a juventude não consegue acessá-las), no que se refere a recursos (pois há uma visível redução de recursos para a Assistência social) e no que se refere a quantidade (é parca a quantidade frente a demanda).

2. A Secretaria da Juventude e o que ela representa

Entretanto, é necessário entender os avanços que tivemos no Brasil ao longo de nove anos. Desde a criação da Secretaria da Juventude até o atual Estatuto da Juventude.

Com as eleições em 2002 passamos de um modelo assumidamente neoliberal para um modelo neodesenvolvimentista. Vivemos, então, um modelo de desenvolvimento que avança em alguns pontos referentes aos direitos sociais.

A criação da Secretaria da Juventude só ocorre no ano de 2009 e é um avanço significativo no que se refere ao conceito de acesso à juventude aos seus direitos. Essa secretaria trabalha com diversos programas criados, também, no marco do modelo neodesenvolvimentista no Brasil.

Com a criação de uma secretaria voltada exclusivamente para a juventude temos o incentivo para a criação de conselhos de juventude, tanto em nível

estadual quanto em nível municipal e distrital. Esses conselhos ampliam as possibilidades de participação da juventude.

Esse processo irá culminar (em 2013) na criação do Estatuto da Juventude, a criação deste estatuto é um avanço significativo, pois, coloca a juventude como sujeita da ação direta do Estado e, principalmente, é um marco no que se refere o reconhecimento da juventude como cidadã. Anteriormente a criação do Estatuto da Juventude havia apenas o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Entendemos, assim, que o Estatuto da Juventude representa um avanço no reconhecimento da juventude enquanto cidadã.

No entanto, é necessário que se faça valer tal estatuto. Tendo em vista que o real e efetivo acesso aos nossos direitos tem sido, historicamente, fruto de pressão popular. A criação do Estatuto não pode ser vista como uma “bondade” disponibilizada pelos governantes, antes, deve ser vista como uma conquista de direitos para a juventude brasileira. O Estatuto da Juventude é fruto da pressão popular a partir dos conselhos distritais, municipais e estaduais, das suas demandas, dos debates que foram realizados e da pressão.

Entretanto, no que se refere às políticas públicas referentes à juventude, o estatuto representa uma possibilidade para a ampliação do acesso aos direitos sociais da juventude brasileira.

3. O acesso da juventude as políticas públicas

Apesar dos avanços, atualmente no Brasil a juventude tem dificuldades em acessar as políticas públicas, uma vez que estas são reduzidas. Apesar dos avanços que ocorreram no que é o governo neodesenvolvimentista, com a criação do Estatuto da Juventude, no que se refere a políticas públicas ainda é necessário muitos avanços.

O déficit no que são as políticas públicas brasileiras tem sua raiz no próprio modelo de seguridade que vivemos que fica entre seguro e assistência. Como já foi afirmado acima, sendo a juventude brasileira a parcela da população com maior índice de desemprego e sendo os seguros vinculados ao trabalho, à

maioria da juventude tem direito ao acesso a Assistência Social, por meio das políticas públicas.

Assistência Social essa que dia a dia tem seus recursos reduzidos - apesar de conseguir avançar em alguns aspectos no que são os direitos sociais o modelo neodesenvolvimentista segue a lógica do sistema capitalista, que reduz gastos sociais em vista dos econômicos- não consegue dar respostas à juventude brasileira que dela precisa. A exemplo disso pode-se citar a redução dos recursos da Assistência Social com vista no pagamento dos juros da dívida externa.

É necessário delinear qual é a juventude que não tem seus direitos assegurados, como direito a saúde, educação, lazer e etc. Essa juventude é a juventude trabalhadora que dia a dia tem seus direitos violados. Pois, como a sociedade capitalista transforma tudo em mercadoria, nossos direitos também são transformados em mercadorias. Quem tem dinheiro pode ter acesso à saúde, educação, lazer e etc de qualidade; quem não tem dinheiro é privado de acessar tais serviços ou acessa serviços de baixa qualidade.

A juventude trabalhadora, pobre, de periferia tem dificuldade em acessar as políticas públicas, pois estas são reduzidas e tem poucos recursos. Isso ocorre, exatamente por vivermos um sistema que prioriza os lucros ante os direitos sociais. Essa redução de direitos ocorre no que é o sistema capitalista, pois, o Estado (responsável por assegurar os direitos a população) está sob hegemonia de uma classe, e essa classe é a burguesa.

Entender que temos um Estado que está a serviço de uma classe é entender que ele tomará as providências necessárias para garantir os lucros desta classe. Não podemos, no entanto, deixar de analisar o papel da luta de classes. Luta de classes esta que tem muito a ver com a garantia de direitos, pois, é a partir das mobilizações da classe trabalhadora, que esta garante seus direitos.

E é parte dessa juventude trabalhadora que tem seus direitos básicos violados, que encontra na luta por direitos uma alternativa de vida.

4. A juventude brasileira e a luta por direitos

Historicamente a juventude brasileira tem lutado para ter seus direitos assegurados. São muitas as lutas históricas da juventude brasileira, no entanto, a presente análise parte do marco da mundialização do capital para analisar tais lutas.

No que foi a ditadura civil e militar, que vigorou no Brasil dos anos 1964 até 1985, a juventude tinha como pauta a democratização do país, a reconstituição de direitos políticos, entre outros. No que é o marco da mundialização financeira, as pautas prioritárias da juventude são referentes aos direitos básicos dos cidadãos brasileiros. As pautas perpassam: acesso a educação de qualidade, acesso à saúde de qualidade, acesso ao lazer e a cidade.

Isso ocorre, pois, como já analisado, no que é a mundialização financeira os direitos sociais regridem. Regridem, pois, a prioridade que o Estado dá no marco de tal mundialização são aos interesses de crescimento econômicos e não aos direitos sociais. Entendendo, a partir de Marx, que em tempos de visível regressão de direitos e de acirramento da luta de classes as lutas sociais se tornam mais comuns. As lutas sociais se tornam mais comuns, pois, a situação da classe trabalha se torna mais precária, com pouco acesso a seus direitos básicos.

A partir do que foi assinalado podemos analisar o que foi a greve ocorrida nas Universidades Federais e algumas Universidades Estaduais, no ano de 2012, que durou 3 meses. Os estudantes organizados no Movimento Estudantil tiveram papel fundamental em tal greve. Os estudantes foram às ruas gritando por mais qualidade na educação pública superior.

Mas, para analisar a juventude que encontra na luta por direitos uma alternativa de vida é necessário entender qual juventude é essa. Para tanto, é necessário delinear, ainda que de forma geral, onde a juventude tem se organizado.

Historicamente a juventude tem se organizado de várias formas, se organiza em grupos de jovens vinculados à igrejas, se organizam no movimento estudantil, se organiza em coletivos independentes, se organizam em movimentos de juventude partidários, se organizam em movimentos sociais, se organizam em

movimentos referentes à expressões culturais e muitas outras formas de organização.

A análise do presente artigo pretende analisar apenas uma dessas formas de organização, a organização da juventude em Movimentos Sociais (MS). Pois, entender a juventude é entender as múltiplas determinação que a caracterizam, e a partir daí a análise dos movimentos sociais é necessária. Pois, os movimentos sociais são compostos tanto da juventude trabalhadora, quanto da juventude estudante, também é composto da juventude vinculada a expressão cultural, enfim, engloba vários setores da juventude.

No Brasil existem grandes Movimentos Sociais, como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; a Marcha Mundial das Mulheres; o Movimento dos Trabalhadores Desempregados; o Movimento dos Atingidos por Barragens e outros. A juventude brasileira sempre esteve presente na militância nos Movimentos Sociais. A juventude juntamente com os MS protagonizou grandes lutas e grandes conquistas. A exemplo disso pode-se citar a luta por eleições presidenciais diretas ocorrida de Março de 1983 até Abril de 1984, a Diretas Já (movimento que ocorreu no final da ditadura civil e militar, no que foi a redemocratização do país).

Mas, também existem Movimentos Sociais diretamente vinculados a juventude, o Levante Popular da Juventude é um deles e tratarei minimamente dele aqui. Esse movimento tem seu início de forma nacional no Brasil no ano de 2011, e tem como objetivos: a organização da juventude, a formação da juventude e a luta. A organização se dá, pois, só há como mudar nossa realidade se lutarmos organizadamente no dia a dia contra as desigualdades; a formação para que se possa entender o que nos trouxe até aqui, para assim, visualizar caminhos para mudarmos a realidade; a luta se dá, pois, entende-se que só a luta pode mudar a vida e também o sistema desigual em que vivemos.

São jovens como os que se organizam no Levante Popular da Juventude os que visualizam na luta por direitos uma alternativa de vida. Jovens que entendem que a realidade é desigual e que lutar por seus direitos é necessário. São jovens como esses que veem na luta uma alternativa não só de mudança de suas

vidas, mas, de uma mudança estrutural que a realidade brasileira necessita. Pois a juventude que ousa lutar, constrói dia a dia o poder popular.

Referências

Artigo: BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. 2009.

Livro: COHN, Amélia. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? In: Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004,

Artigo: IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do Capital “questão social” e Serviço Social no Brasil. In: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2008.

Livro: Netto, José Paulo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo. Editora Cortez. 2011.